

## Reação contra Sarney une direita e esquerda

A informação de que setores político-militares direitistas, ligados à Associação Brasileira de Defesa da Democracia (ABDD), estavam criticando severamente o Presidente da República, surpreendeu, ontem, a Assembléia Constituinte, pois tais críticas coincidiam com as dos constituintes da esquerda, em vários aspectos.

Da ABDD fazem parte, entre outras personalidades, o brigadeiro Penido Burnier, o general Coelho Netto, o professor Jorge Boaventura, da Escola Superior de Guerra, e o ex-ministro Armando Falcão.

Circulava entre os constituintes a notícia de que Sarney, na opinião da ABDD, estava dando sinais de incapacidade em preservar a transição democrática.

"Esse tipo de aglutinação de forças — reconhecia o deputado Fernando Lyra, do PMDB de Pernambuco, referindo-se à ABDD — só era possível porque o Governo estava querendo fazer a democracia sem povo."

Apesar do apelo formulado pelo presidente Sarney, em favor de uma nova reformulação política na Constituinte, de apoio a seu Governo, a Assembléia infligira, pela primeira vez, na Comissão de Sistematização, uma dura derrota à posição governista sobre a questão da estabilidade dos trabalhadores no emprego. A direita da Comissão quisera reabrir desse assunto, já resolvido na véspera, mas a esquerda, com o apoio de setores liberais impediu que isso acontecesse.

### Rei Sol

A reação da Constituinte ao pronunciamento de Sarney, a propósito do cumprimento de um programa mínimo de Governo, foi francamente negativa, reconhecendo o deputado Lyra, por exemplo, que o chefe de Governo "estava querendo transformar-se numa espécie de Rei Sol, no Brasil."

No plano político, uma das propostas de Sarney — a de ter res-

paldo nas ações que julgar convenientes, no campo legislativo, governamental e político — era tida como "pinochetista".

"Eu dou ao cidadão José Sarney quantos cheques em branco ele quiser, mas ao presidente Sarney não posso conceder esse tipo de apoio incondicional que ele pretende" — dizia o senador Pompeu de Sousa, do PMDB do DF.

O deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), do grupo conservador do partido, estava satisfeito com o pronunciamento presidencial, sobretudo em razão de seu item nº 25, relativo às atribuições das Forças Armadas ("mantenedoras das instituições e da ordem, submetidas ao comando supremo do Presidente.")

### Renúncia

Numerosos parlamentares do PMDB, embora mais ligados ao presidente Ulysses Guimarães do que a Sarney, admitiam a hipótese de apoiarem o Governo, devido à gravidade da situação do País.

O senador Alfredo Campos (PMDB-MG), ao inteirar-se das manifestações atribuídas à ABDD, dizia "estar propenso até a rever sua disposição de não assinar individualmente nenhum apoio ao Presidente".

Entre os constituintes, além das críticas feitas em relação ao que denominavam falta de sensibilidade do Governo — que aumentara os preços dos combustíveis no dia em que Sarney fazia seu apelo à união — condenava-se, também, a postura de isolamento e impotência, adotada pelo Presidente, perante as câmeras de televisão, para conquistar apoio político.

A reação negativa à mensagem presidencial, anotada ontem, na Assembléia, fazia com que diversos constituintes passassem até a admitir que o Presidente, em vez de ter contornado a crise política, havia contribuído para agravá-la. Não faltava mesmo quem temesse, a médio prazo, que o desfecho da crise pudesse implicar na renúncia de Sarney à Presidência.

# Texto da estabilidade é mantido

Josemar Gonçalves



Cabral: defesa ideológica

Toda cautela

## Cabral pede dignidade e é aplaudido

O relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral, surpreendeu ontem toda a Assembléia Nacional Constituinte, ao tomar lugar na tribuna para defender a manutenção do princípio da garantia de emprego prevista em seu substitutivo. Cabral afirmou que o PMDB não poderia se omitir naquela momento, porque estaria "quebrando os seus compromissos programáticos". Devolveu a seus opositores as acusações de que teria elaborado "uma proposição irresponsável e leviana", ao denunciar que alguns "constituintes estão sentados e até mesmo acorados em relação aos trabalhos e ao futuro da Nação" e por isso "têm coragem de defender a emenda Max Rosenmann".

Desde o início dos trabalhos da Comissão de Sistematização, esta foi a primeira vez que o relator defendeu ideologicamente uma emenda. Antes de iniciar o seu pronunciamento, Cabral — que foi aplaudido de pé pelo plenário — explicou que não poderia deixar um absurdo desses acontecer. Citou ainda o fato da Mesa da Comissão de Sistematização ter colocado em votação uma proposta que já havia sido rejeitada no dia anterior. "Se eles colocarem isso em votação vou protestar formalmente", anunciava à imprensa enquanto estava sendo discutida a prejudicialidade.

O discurso do deputado Bernardo Cabral sensibilizou a bancada do PMDB que minutos antes fora frustrada pela atuação do líder na Constituinte, deputado Euclides Scalco, que deixou claro "ser contrário ao substitutivo dois", mas orientou a bancada para votar nele pois havia um acordo firmado.

A Comissão de Sistematização aprovou ontem — por 59 votos contra 34 — a manutenção do texto referente à garantia de emprego ao trabalhador prevista no substitutivo do deputado Bernardo Cabral, ao derrubar a última emenda contrária, de autoria do deputado Max Rosenmann (PMDB-PR). O encaminhamento do destaque provocou tumulto no plenário, sendo necessária a interrupção da sessão por uma hora e 37 minutos, para que a mesa discutisse a validade da proposta, que já fora rejeitada na votação de anteontem.

A desaprovação da emenda só foi possível após um acordo entre os partidos de esquerda — PDT, PT, PC do B, PCB — e as lideranças do PMDB e do PFL, que desde o início da votação do inciso I do artigo 6º — o que garante a estabilidade no emprego, salvo demissões por justa causa — decidiram manter o texto do deputado Bernardo Cabral. Mesmo assim, os líderes não puderam evitar os 13 votos contrários no PMDB e os 15 no PFL.

### Demissões

Segundo os defensores da emenda Max Rosenmann — como os deputados Affif Domingos (PL-SP), Cid Carvalho (PMDB-MA) e Darcy Pozza (PDS-RS), o texto do substitutivo "é contra os trabalhadores, pois provocará demissões em massa". Por isso, defendiam que fosse incluído apenas o princípio que "garante ao trabalhador contrato de trabalho protegido



contra dispensa imotivada, nos termos da lei", cabendo à legislação ordinária especificar em que condições as demissões podem ser consideradas sem justa causa.

O substitutivo do deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM) tem o seguinte texto: "Garantia de emprego protegida contra despedida imotivada, assim entendida a que se fundar em contrato a termo," falta grave ou justa causa, fundada em um fato econômico intransponível, tecnológico ou em infortúnio na empresa, sendo que os três critérios serão detalhados na legislação do trabalho. Para o grupo de esquerda que defende a estabilidade integral, esse era o melhor texto, pois segundo o deputado Luiz Inácio Lula da Silva, "não permitiria" o excesso de rotatividade praticado pelos empresários". A manutenção do texto de Cabral foi defendida na tribuna pelo líder do PFL no Senado, Carlos Chiarelli, que foi muito aplaudido, e pelo líder do PMDB na Constituinte, Euclides Scalco, em tom bastante indeciso.

### Votação

Depois da derrubada da emenda Max Rosenmann, o plenário da Comissão de Sistematização voltou à normalidade. A votação que mais causou polêmica foi o destaque da deputada Cristina Tavares (PMDB-PE), pedindo a supressão do termo tecnológico, da alínea "c", que dispõe sobre justa causa para efeito de demissão. A deputada — teve sua proposição rejeitada por 49 votos contra 39 — argumentou que "isso favorece a automação em detrimento dos trabalhadores". Mesmo assim, prevaleceu a tese defendida pelo relator, que considera essa restrição "um prejuízo ao desenvolvimento tecnológico".

## Emenda vencida gera tumulto

A votação da emenda do deputado Max Rosenmann (PMDB-PR) modificando o inciso I do artigo 6º do substitutivo do relator Bernardo Cabral (PMDB-AM), que prevê garantia de emprego contra a despedida imotivada e que foi aprovado na noite anterior, causou grande tumulto na sessão de ontem da Comissão de Sistematização. A dúvida de alguns constituintes era se a emenda estava ou não prejudicada, já que outra de redação idêntica havia sido rejeitada. Isso levou os membros da Mesa a se reunirem por mais de uma hora, atrasando a sessão.

A questão da prejudicialidade da emenda, levantada pelo deputado José Genoíno (PT-SP) logo no início dos trabalhos, quando a emenda era colocada para a votação, provocou alvoroço no plenário. Genoíno alegou que a emenda de Rosenmann era igual à emenda do deputado Antônio Mariz (PMDB-PB) e que já havia sido rejeitada. O deputado José Maria Esmael (PDC-SP) contraditou Genoíno dizendo que a emenda tinha semelhança mais não era igual.

Os ânimos acirraram-se quando o deputado Roberto Freire (PCB-PE) quis tirar o microfone do deputado Israel Pinheiro (PMDB-MG), que iria dizer que a emenda Rosenmann não estava prejudicada porque o presidente da

Mesa na sessão anterior, senador Jarbas Passarinho, havia respondido a uma questão de ordem do deputado Darcy Pozza (PDS-RS), dizendo que a emenda poderia ser votada.

### Negociações

Neste momento a Mesa, presidida pelo deputado Aloísio Campos (PMDB-PB), interrompeu os trabalhos, com a ressalva que seria por 15 minutos, mas que na verdade durou mais de uma hora. Fizeram parte da reunião, na sala do secretário-geral da Mesa, Paulo Afonso Martins, o presidente da Sistematização, senador Afonso Arinos (PFL-RJ), que veio de casa às pressas para participar; o deputado Aloísio Campos, primeiro vice-presidente; o líder do PDT, Brandão Monteiro, segundo vice; e os senadores Fernando Henrique Cardoso e Jarbas Passarinho, respectivamente terceiro e quarto vice-presidentes.

Nesse tempo intensas negociações aconteciam no plenário para rejeitar a emenda de Max Rosenmann, caso fosse a plenária. A emenda acabava com a garantia de emprego, já aprovada. Assim, quando a Mesa retomou os trabalhos com a decisão de ir para a votação, entendendo que não havia prejudicialidade, PT e PDT já haviam se articulado com parte do PMDB e do PFL para manter o texto e rejeitar a emenda.